

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL .....  
ESTADO DE .....**

.....(nome completo), ..... (nacionalidade),  
.....(estado civil), .....(profissão), portador da cédula de identidade RG nº  
..... e inscrito no CPF sob nº ....., residente à ..... (endereço  
completo: rua [av.], nº, complemento, bairro, cidade, CEP, UF), por seu Advogado e  
bastante procurador ao final assinado, conforme instrumento de mandato incluso  
(doc....), vem, respeitosamente perante a honrosa presença de Vossa Excelência,  
com fulcro no artigo 621, III, do Código de Processo Penal, interpor

### **REVISÃO CRIMINAL**

nos autos da Ação Penal que lhe moveu a D. Justiça Pública, no qual foi condenado  
pelo MM. Juízo da .....<sup>a</sup> Vara Criminal de....., à pena de ..... anos e ..... meses de  
....., mais multa, com ....., cuja decisão já transitou em julgado, conforme a  
certidão que ora faz prova (doc...).

Primeiramente requer se digne Vossa Excelência a requisitar os  
autos originais daquela ação penal para que sejam apensados à presente revisional  
e que ao fim seja conhecida e deferida pelos motivos de fato e de direito que passa  
a expor:

I – O Peticionário foi condenado pelo juízo da .... Vara Criminal de ....., por delito de ....., tendo sido fixado a penas de ..... anos ..... e ..... meses de ....., com regime .....

Foi indiciado indiretamente, decretada a revelia, e o processo fluiu até que transitou em julgado a decisão, conforme decisão em anexo (doc. ....).

II – Ocorre, que, na data do delito descrito na exordial o Peticionário estava ....., cujo documento comprobatório acosta-se a este (doc. ....).

Consoante prova documental incontestável, vê-se a impossibilidade de estar o acusado ao mesmo tempo na data e local dos fatos e .....

Em que pese todo o notável saber jurídico do eminente juiz que prolatou a r. decisão, esta não pode subsistir face a veracidade e autenticidade da prova aqui apresentada.

De modo que não resta dúvida alguma de que o acusado não estava naquele lugar, naquela data.

Portanto, não poderia ter praticado o delito que lhe é imputado.

III – Diante do exposto, requer seja a decisão reformada *in totum* com o conhecimento e deferimento da presente Revisão Criminal, para fins de absolver o revisionando, com fundamento no artigo 386, IV, do Código de Processo Penal.

Requer, ainda, que seja ordenada a expedição do conseqüente ..... como medida de inteira Justiça!

Termos em que  
Pede Deferimento.

....., ..... de ..... de .....  
(local e data)

.....  
Advogado (nome)  
OAB/.... n<sup>o</sup> .....